



# INFORME ECONÔMICO

Ano 20 • Número 01 • 09 de janeiro de 2018

**Trajectoria dos investimentos públicos (parte 1)**

---

**Produção industrial brasileira mantém lenta tendência de recuperação**

---

**Reforma Trabalhista deve ajudar o emprego e o investimento**

---

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Trajatória dos investimentos públicos (parte 1)

Em trabalho recente, a Instituição Fiscal Independente (IFI) construiu uma nova série histórica para os investimentos públicos no Brasil (de 1995 a 2017). É verdade que já existem dados oficiais neste sentido, no entanto, como bem ressalta a IFI, o conceito de investimento público adotado no Brasil é, muitas vezes, impreciso, pois sofre com os diferentes critérios de contabilização. Além disso, costuma incluir gastos que vão além das aquisições de ativos fixos. Por exemplo, as despesas com investimentos presentes no Resultado Fiscal do Governo Central incluem, entre outras coisas, transferências de capital aos entes subnacionais, subsídios aos investimentos privados e capitalizações de empresas estatais.

Assim, a IFI buscou construir um indicador de investimentos públicos mais associado ao conceito de Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF (sobretudo obras e instalações públicas e as aquisições de máquinas e equipamentos). Deve ser ressaltado que essa noção é inspirada nas recomendações do Fundo Monetário Internacional. Além disso, o indicador da IFI possui uma cobertura mais abrangente, pois engloba o Governo Geral (Central, Estadual e Municipal) e as empresas estatais federais.

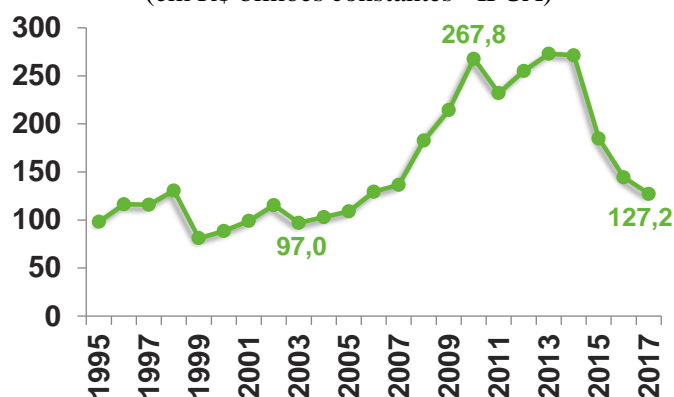
Os dados da IFI mostram um grande retrocesso nos investimentos do setor público (Governo Geral + Empresas estatais federais). Após um período de expansão, que vai de 2003 até 2010, os investimentos se mantiveram relativamente estáveis até 2014. Com a

deflagração da crise fiscal, a FBCF do setor público tem caído ano após ano. Segundo a estimativa da Instituição, o valor de 2017 (R\$ 127,2 bilhões) é o patamar mais baixo da década. É notável o caráter pró-cíclico da política fiscal. Os períodos de expansão (2003-2010) e de contração (2013-2017) dos investimentos públicos coincidiram com os ciclos de crescimento e recessão da economia brasileira, contribuindo para acentuar a recente crise. Por último, cabe observar a influência dos ciclos eleitorais sobre os investimentos, marcadamente até 2014.

Na próxima semana, mostraremos a distribuição dos investimentos entre os segmentos do setor público e a dualidade existente entre o aumento do tamanho do Estado e o retrocesso na sua capacidade de investir.

### Investimentos do Setor Público

(em R\$ bilhões constantes - IPCA)



Fonte: IFI. \*2017 corresponde ao acumulado em 12 meses até jun/2017.

## Produção industrial brasileira mantém lenta tendência de recuperação

Na última sexta-feira, o IBGE divulgou os resultados da Pesquisa Industrial Mensal para o mês de novembro, que vieram em linha com o cenário de lenta recuperação do setor. Segundo o Instituto, a produção industrial subiu 0,2% na comparação com o mês de outubro na série dessazonalizada. Este foi o terceiro resultado positivo consecutivo nesta base de comparação.

Além disso, 12 dos 24 ramos industriais apresentaram crescimento. Os destaques positivos foram Fármacos (6,5%), Papel e Celulose (2,3%) e Metalurgia (2,2%). Pelo lado negativo, destacam-se os setores de Bebidas (-5,8%) e de Vestuário (-5,8%).

Ressalta-se que os setores mais ligados aos investimentos seguem crescendo gradualmente. A produção de insumos típicos da construção civil cresceu 1,0%, enquanto que a produção de bens de capital ficou estável (0,0%) após sete meses consecutivos de alta. Isso sugere que a produção industrial deve continuar se expandindo ao longo dos próximos meses.

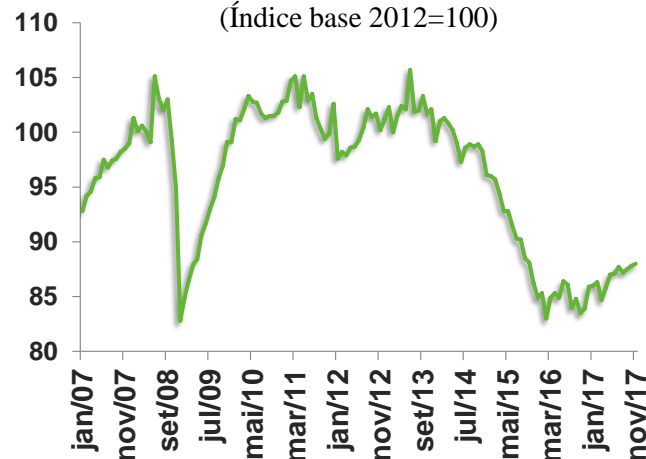
Na comparação com novembro de 2016, a produção se elevou 4,7% em novembro de 2017, o sétimo mês consecutivo de crescimento nessa base de comparação. O grande destaque é o segmento de Veículos, com crescimento de 18,8%. Também devem ser ressaltadas

as variações positivas nos ramos de Químicos (7,1%), Alimentos (2,4%) e Borracha e plástico (8,0%). Entre os segmentos que apresentaram retração, chama atenção o recuo de 9,0% nos Produtos diversos e de 11,9% no segmento de Tabaco.

O processo de recuperação ainda é lento. Como mostra o gráfico, estamos ainda muito longe do pico da série atingido em junho de 2013. Se mantivermos o atual ritmo de recuperação, só retornaremos ao nível de produção industrial de 2013 ao final de 2022.

### Produção Industrial - Brasil

(Índice base 2012=100)



Fonte: IBGE. \*ajustada sazonalmente.

# Reforma Trabalhista deve ajudar o emprego e o investimento

Com maior segurança jurídica, as expectativas são de impactos positivos no emprego e nos investimentos.

Os custos oriundos da inadequação da legislação trabalhista brasileira sempre foram apontados como um dos principais entraves à produção e a própria geração de emprego. Portanto, a sua modernização era necessária não apenas para aumentar a produtividade e auxiliar no crescimento econômico sustentado, como também para elevar a formalização da mão de obra.

A Lei 13.467/2017, que entrou em vigor no último mês de novembro, deu maior flexibilidade às relações de trabalho, fortalecendo a negociação, sem colocar em risco os direitos assegurados pela CLT.

Nesse contexto, a FIERGS buscou através das Sondagem Industrial Especial, realizada em outubro do ano passado, conhecer a opinião dos empresários gaúchos sobre a Reforma Trabalhista. Em resumo, os resultados mostram que eles estão otimistas, pois acreditam que a nova legislação deverá gerar impactos positivos no mercado de trabalho e nas decisões de investimentos, fornecendo maior segurança jurídica nas relações entre empresas e empregados.

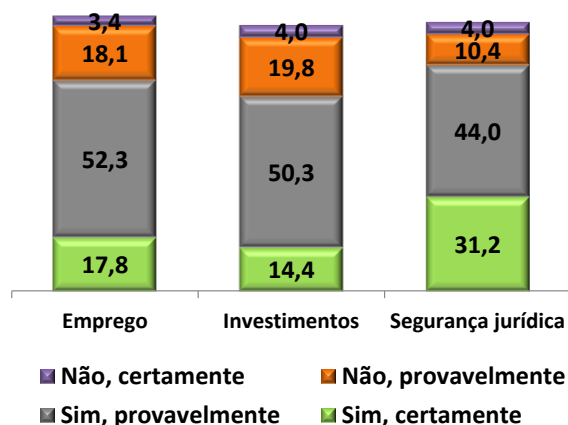
De fato, a Sondagem revelou que quase todos os empresários das indústrias de Transformação e da Construção (97,5%) conhecem ou pelo menos ouvir falar da Reforma Trabalhista, e, na opinião majoritária deles (52,7%), sobretudo entre os que a conhece bem (64,4%), é de que ela deve melhorar o ambiente de trabalho das empresas.

A negociação coletiva prevalecendo sobre a legislação foi o principal avanço na avaliação dos empresários gaúchos, recebendo 65,8% das respostas. A permissão expressa de terceirizar qualquer atividade também foi um ponto considerado relevante, com 59,1%, seguida, em ordem decrescente, pelo fim da obrigatoriedade da homologação da rescisão do contrato de trabalho no sindicato (40,3%), pela flexibilização do trabalho em tempo parcial (38,9%) e pela extinção das horas *in itinere* (25,8%).

Na opinião da indústria gaúcha, a Reforma Trabalhista vai contribuir para aumentar a segurança jurídica nas relações de trabalho. Essa é a expectativa compartilhada por 75,2% dos empresários e para 64,7% deles ela também deverá ter impacto positivo nos investimentos. Com os aumentos previstos da segurança jurídica e dos investimentos, sete em cada dez empresários gaúchos acreditam também que a Reforma Trabalhista contribuirá para o emprego.

Por outro lado, a indústria gaúcha também projeta dificuldades relativas à mudança na legislação para os próximos anos. A maior, na opinião de 70,5% dos empresários, será a oposição dos sindicatos. A resistência do Judiciário (61,4% das respostas) e da fiscalização trabalhista (49,0%) também devem ser obstáculos relevantes. Além disso, uma parcela significativa dos empresários (23,8%) acredita que deve haver uma maior dificuldade nas negociações coletivas.

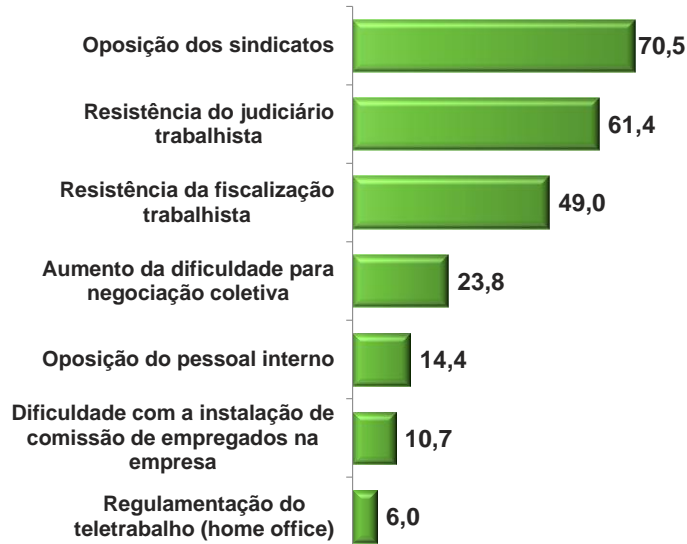
## Expectativa de contribuição positiva da Reforma (Percentual de respostas)



## Principais temas da Reforma (Percentual de respostas)



## Dificuldades esperadas para os próximos anos (Percentual de respostas)



Fonte: UEE/FIERGS.